



## DANOS MORAIS

Para conhecimento de nossas associadas, abaixo transcrevemos os tópicos principais da notícia divulgada em data de 30/10/08, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), cujo texto é de grande interesse do mercado segurador nacional, uma vez que o referido Tribunal consolida o direito a indenizações:

“Com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ambos de 1990, e do Estatuto do Idoso (2003), foram definidos diversos direitos para o cidadão brasileiro. A regulamentação na relação com empresas e com o Estado ampliou consideravelmente a proteção das pessoas e empresas, inclusive o direito de serem indenizados por danos. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem acompanhado essa evolução do direito com seus julgados e com a edição de diversas súmulas.

O dano moral, um tema intensamente debatido no Tribunal, já teve várias súmulas publicadas para regulá-lo, como a 326, que define os honorários de sucumbência em indenizações concedidas em valores inferiores ao pleiteado. Outra súmula importante, que se alia ao Código Civil de 2002 e aos incisos V e X da Constituição, é a 227, que definiu que a pessoa jurídica também pode sofrer danos morais. Em julgado de empresa de alimentos contra a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, a ministra Eliana Calmon afirmou que muitas vezes a marca e a reputação de uma empresa, o chamado "patrimônio insubstancial", vale tanto ou mais quanto seu patrimônio físico.”

Os casos são muitos, apontados pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), porém, o nosso espaço é exíguo, em razão do que apontaremos os mais significativos como, por exemplo, “A responsabilidade do Estado com os cidadãos também tem sido um grande destaque em processos com pedidos de indenização. Dois casos recentes relatados pelo ministro Luiz Fux trataram de alunos que sofreram dano dentro de estabelecimentos de ensino público. Numa das ações, um dos alunos foi atingido por uma bola e sofreu perda parcial de audição. No outro, uma aluna morreu ao ser atingida por uma árvore derrubada por fortes ventos. Indenizações foram concedidas às famílias das vítimas em ambos os casos. O ministro Fux destacou que é responsabilidade do estado zelar pelo bem estar dos alunos de ensino público enquanto estes estiverem nas instituições de ensino.”

Os ministros do STJ estão constantemente atentos para ajustar o pagamento das indenizações a um valor compatível ao dano. Uma grande preocupação é evitar o que a mídia chama de "indústria das indenizações". Vários critérios são adotados, desde o tipo e a extensão do dano até a disponibilidade financeira do condenado. O que não pode acontecer é a indenização representar enriquecimento ilícito. Em um dos seus votos, a ministra Nancy Andrighi destacou a importância do valor adequado da reparação, afirmando que a indenização não é apenas uma punição contra o causador do dano. É também uma maneira de restaurar a integridade da vítima.”

## :: DIRETORIA E REPRESENTANTES

Por oportuno, relacionamos abaixo a composição completa da diretoria do SINDSEG-PR/MS e bem assim o quadro completo dos nossos representantes no interior do Paraná e Mato Grosso do Sul (MS).

### DIRETORIA DO SINDSEG-PR/MS – 2007/2010

Presidente	: João Gilberto Possiede
V. Presidente Secretária	: Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura
V. Presidente Tesoureiro	: Paulo Thomaz de Aquino
V. Presidente procurador	: Moacir Abba de Souza
Diretor 2º. Secretário	: João M. de Albuquerque Maranhão Neto
Diretor 2º. Tesoureiro	: Norival Zambone Turola
Diretor	: Aristides Damião Junior
Diretor	: Edmilson Avelino Silva
Diretor	: Vicente Lourival do Nascimento
Diretor	: João Bosco Medeiros
Diretor	: Paulo Cesar Ferreira de Castro
Diretor	: David Novloski
Diretor	: Marcelo Camargo Polato
Diretor Conselheiro	: Sirlei Macarini
Diretor Conselheiro	: Luiz Carlos Soluchinsky Junior
Diretor Conselheiro	: João Batista Castro Campos
Diretor Executivo	: Ramiro Fernandes Dias

### REPRESENTANTES DO SINDSEG-PR/MS – 2007/2010

Representante Campo Grande	: Alcione Azevedo Errubidart
Representante Campo Grande	: Demetrio Thomazini
Representante Campo Grande	: Sidney Aparecido Rodrigues
Representante Cascavel	: Mauri Donizete Campagnolo
Representante Cascavel	: Wilhan Humann
Representante Londrina	: André Vinicius Seabra Moreno
Representante Londrina	: Mauricio Pinelli
Representante Maringá	: Fernando César Bernardes Lucas
Representante Maringá	: Omar Assolari
Representante Ponta Grossa	: Hilton Teixeira
Representante Ponta Grossa	: Leontina Mendes Stadler

## :: SEGURO DE CRÉDITO

A crise financeira internacional tende a refletir-se positivamente no setor de seguro de crédito por conta dos preços, que já estão mais altos, e pelo aumento da procura por apólices. Por outro lado, o risco de crédito será maior, o que levará as seguradoras a ficarem mais conservadoras em relação à subscrição de risco.

Segundo dados da SUSEP, o setor de seguros de crédito doméstico, de janeiro a agosto de 2008, cresceu 8,4%, com R\$ 179 milhões de prêmios diretos. No mesmo período de 2007, esse volume de prêmios somou R\$ 165 milhões. Em relação ao mercado de seguro de crédito

geral, a SUSEP aponta de que em 2008, de janeiro a agosto, o volume de prêmios diretos somou R\$ 334 milhões, queda de 8,7% em comparação ao mesmo período de 2007, quando apresentou R\$ 365,6 milhões. Para representantes do setor, essa queda foi devido ao dólar valorizado no período e ao maior conservadorismo das seguradoras em aceitar uma apólice com grande exposição a risco. Os executivos do ramo também apontam um crescimento do seguro de crédito doméstico de 38%, com R\$ 65 milhões de apólices emitidas de janeiro a agosto 2008, contra R\$ 47 milhões em 2007. (Fonte: DCI – 27/10/08)



## :: AQUECIMENTO GLOBAL

O mercado de seguros rurais está em processo de crescimento no Brasil. O desempenho supera o alcançado em outras modalidades, como o seguro pecuário e o florestal, e a tendência é de performance positiva para os próximos anos, segundo especialistas. Dados de 2007 mostram que o volume total de prêmios pagos no segmento pulou de R\$ 41,76 milhões em 2003 para R\$ 130 milhões em 2007, uma expansão superior a 211%, informa o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Apenas em 2007, a alta foi de 58,7% em relação ao ano anterior. Nessa fase de busca por mecanismos de proteção, um fator específico deve pesar mais no cálculo dos seguros nos próximos anos. Trata-se do risco de alteração nas temperaturas médias no campo, que interferem diretamente na colheita e cultivo de insumos, como ração. O mercado segurador está acompanhando de perto essa discussão e estuda novos modelos matemáticos que reflitam de forma confiável essa variável no cálculo da proteção. Tudo por conta do temor de um aquecimento global persistente a curto e médio prazo.

A idéia é tentar desenhar sistemas com ferramentas que informem, com um detalhamento maior, se uma específica área de terra em certo período do ano terá probabilidades maiores ou menores de sofrerem efeitos de variações na temperatura - e que variações seriam essas. Ou seja, mensurar ao máximo os riscos de uma colheita.

Até o momento, os produtos contratados pelos agricultores no Brasil não levam em conta as previsões de elevação da temperatura. "A mudança climática que enfrentaremos ainda é pouco conhecida. Sabemos que será preciso lidar com o aquecimento de alguns graus, bem como redução hídrica, mas não exatamente quando e onde", afirma Pedro Camargo Neto, presidente da

Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPÉCS).

"O fato é que esse risco ainda não foi embutido (nos cálculos dos seguros). Com o tumulto econômico de um ambiente de juros estratosféricos, elocubrações de política cambial que acarretam enormes custos para o produtor, crise de preços agrícolas e agora a crise financeira global, a questão climática está ficando para trás", completa.

Diversos estudos têm sido publicados aqui e lá fora sobre o tema do aquecimento. Um dos mais polêmicos é um trabalho recente do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (CEPAGRI) da Unicamp em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Ele aponta que o aquecimento global poderá transformar o semi-árido paraibano de plantios irregulares em áreas inaptas para as culturas tradicionais e de subsistência como o milho e feijão até o ano de 2020.

Já existem modelos em uso atualmente pelas grandes seguradoras para o cálculo dos riscos atuais, sendo que a espinha dorsal deles segue as normas do programa de Zoneamento Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. As recomendações do zoneamento identificam as áreas aptas para cultivo e épocas adequadas para semeadura, permitindo a redução dos riscos climáticos, como déficit hídrico e temperaturas elevadas e ameniza as possíveis perdas com rendimento de grãos.

De maneira geral, os produtos oferecem indenização pelos prejuízos causados, direta ou indiretamente, por chuvas excessivas, incêndio ou raio, tromba d'água, ventos fortes ou frios, granizo, seca, geada e variações excessivas de temperatura e também garantia do plantio até a colheita. (Fonte: Valor Econômico - 30/10/08)

## :: SEGURO SEQUESTRO

O diretor da SUSEP, Alexandre Penner, explicou que a liberação da comercialização, no Brasil, do seguro para danos patrimoniais decorrentes de crime de extorsão mediante seqüestro ocorreu em resposta à consulta feita por "uma seguradora brasileira". Ele revelou que outra empresa já havia feito a mesma consulta no início desta década. A resposta da SUSEP, na época, foi negativa: "talvez não fosse conveniente naquele momento", frisou.

Alexandre Penner acentuou que a negativa, na ocasião, provavelmente decorreu do fato de estar tramitando no Congresso um projeto de lei que proíbe a venda desse tipo de seguro no Brasil. O projeto, de autoria do deputado Alberto Fraga, havia sido arquivado, mas já voltou a tramitar. Ele observou ainda que, agora, o colegiado da SUSEP entendeu que não há fundamento para negar a venda do seguro contra seqüestros:

"coube a mim a tarefa de analisar essa matéria e recomendei a liberação", disse o diretor da autarquia.

O deputado Alberto Fraga sugere que seja proibido, em todo o território nacional, o contrato de seguro, e semelhantes, cujo objeto seja a cobertura de pagamento de resgate decorrente de crime de extorsão mediante seqüestro. Além disso, a proposta estabelece que as apólices contratadas no exterior não tenham validade no território brasileiro. O projeto prevê pena de reclusão de um a três anos, além de multa, para quem não cumprir a lei. (Fonte: CQCS - 27/10/08)



## :: SEGURANÇA CORPORATIVA

A competitividade da economia globalizada impõe às empresas a necessidade de renovação e atualização constantes. Conceitos sobre como manter a saúde financeira e aumentar a lucratividade dos negócios tornam-se obsoletos na medida em que novas demandas e desafios aparecem diante das corporações. Um bom exemplo desse cenário de transformações é a mudança de importância que a segurança corporativa teve nos últimos anos na estratégia empresarial.

Antigamente, a segurança corporativa era classificada como mais um custo que não agregava valor aos empreendimentos. Não possuía sequer departamento próprio. Era vista apenas como um mal necessário ao qual se recorria de maneira reativa, ou seja, depois de perdas patrimoniais por furtos ou roubos.

As dinâmicas de mercado trataram de quebrar esse paradigma. As práticas de gestão antes consideradas decisivas, como diminuição de custos operacionais e financeiros, fidelização da clientela, eficiência na cadeia logística e qualificação de quadros profissionais, já não bastam para que as corporações aumentem

seus lucros. Se antes eram diferenciais, agora são essenciais e obrigatórias.

Diante da necessidade de encontrarmos outro elemento que permitam as empresas concorrer com mais força no mercado, algumas vislumbraram na segurança corporativa esse novo diferencial competitivo. Na mente de grandes empresários, segurança é uma área de apoio estratégico para o crescimento e desenvolvimento das corporações.

A atitude de investir em segurança, com a contratação de uma prestadora de serviço de vigilância patrimonial e a criação de um cargo de diretoria específica para cuidar dessa estratégia, acarreta uma série de benefícios econômicos que compensam a curto e longo prazo os custos iniciais. Protege o capital tangível das corporações, ao reduzir perdas materiais e de informações de toda ordem, mantém a salvaguarda do capital intangível, preservando a marca das empresas e preserva a boa imagem das mesmas perante investidores e consumidores. (Fonte: Revista Cobertura - 30/10/08)



## :: CAPTAÇÕES DO VGBL E PGBL

As captações da previdência privada no Brasil passam ao largo da crise financeira internacional e crescerão 20% neste ano. A afirmação é do vice-presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), Carlos Guerra, ao comentar os resultados mais atuais do setor, divulgados ontem pela entidade.

No acumulado deste ano até agosto, as contribuições somaram R\$ 20 bilhões, expansão de 18,5% em comparação com o desempenho dos primeiros oito meses de 2007. Em agosto, a captação foi de R\$ 2,2 bilhões, alta de 3,7% sobre o mesmo mês do ano passado. Para Guerra, os números representam uma atividade consolidada. "É o último mercado a refletir os efeitos da crise que estamos atravessando. A previdência privada vem crescendo em um ritmo bastante acelerado, devendo ficar em 20% no ano, já que a força do setor se concentra no último trimestre."

O grosso do resultado vem dos planos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), cuja arrecadação chegou de R\$ 15 bilhões, valor 23,5% superior ao verificado de janeiro a

agosto de 2007. De acordo com a FENAPREVI, parte do desempenho do VGBL pode ser atribuída aos investimentos crescentes de clientes de baixo poder aquisitivo. Esse público tem acesso a produtos com contribuições mensais a partir de R\$ 20.

O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), que possibilita abatimento de parte da contribuição do Imposto de Renda, cresceu menos, acumulando R\$ 2,9 bilhões de janeiro a agosto. Mas Carlos Guerra explica que o plano será fundamental para sustentar o crescimento do setor de previdência privada na casa dos 20%. "Normalmente, no último trimestre do ano o salto do PGBL é maior. Muita gente espera para fazer conta e ver qual será o benefício atingido com a dedução do IR. As pessoas também esperam o 13 salário, que garante retenção definitiva do IR quando a previdência é descontada na folha de pagamento. O recurso acaba funcionando como uma poupança", comenta Guerra, que também é superintendente da UNIBANCO AIG. (Fonte: Gazeta Mercantil - 04/11/08)

## :: PREVIDÊNCIA PRIVADA

O número de adesões aos planos de previdência privada está em alta no Brasil. De acordo com a FENAPREVI, o mercado de previdência complementar atingiu, nos primeiros oito meses do ano, R\$ 20 bilhões em captações.

Diante desse cenário, as instituições financeiras que oferecem esse serviço sempre inovam para conquistar ainda mais os brasileiros, com opções de pagamentos variadas, que podem ser mensais ou esporádicas, portabilidade, benefícios fiscais, integração com seguros de vida, taxas de carregamento baixas e planos personalizados.

Cuidados antes de contratar um plano de previdência privada: pesquise as várias opções do mercado, as diferenças entre PGBL e VGBL, tire suas dúvidas com um consultor financeiro, saiba os valores de taxas

e tributos que serão cobrados e contrate uma instituição sólida.

Outro dado importante é analisar qual será o seu perfil de investimento, se é mais agressivo ou cauteloso, quanto será destinado para renda variável e renda fixa.

Algumas modalidades de planos de previdência privada têm benefício fiscal e podem ser deduzidas do Imposto de Renda (dentro do limite estipulado pela lei). Entretanto, para ter direito, o consumidor precisa observar muito bem o preenchimento da declaração, principalmente se forem planos de previdência contratados para os filhos, pois o benefício é dado apenas ao responsável pelo pagamento do plano, ou seja, se o pai é quem paga, mas é a mãe quem declara o filho como dependente, o benefício é anulado. (Fonte: Info Money - 27/10/08)

## :: PLANOS DE SAÚDE

Desde a criação da Agência Nacional de Saúde (ANS), em 2000, os conflitos entre planos de saúde e clientes, sejam eles pessoa física ou empresas, passaram a ser mediados com base em uma legislação forte. Mas isso não foi o suficiente para reduzir os conflitos, muito menos melhorar a percepção que os clientes têm dos serviços oferecidos. Pesquisa feita pela consultoria CVA Solutions - subsidiária da multinacional norte-americana CVM Inc. - mostra que os planos de saúde têm valor de percepção (custo-benefício) ruim frente a outros setores da economia. A nota dada pelos clientes para os planos de saúde, numa escala de 1 a 10, foi 6,69, um resultado considerado bom, não fosse a base de comparação. Das 13 atividades econômicas analisadas, os planos de saúde só têm notas maiores que as companhias de celular e os bancos. No demais, perdem para segmentos como eletrodomésticos (9,28), eletrônicos (9,05) e até mesmo, os polêmicos serviços de assistência técnica (8,68).

E é a boa imagem de algumas empresas, especialmente as seguradoras de saúde, que puxam a performance do setor. O levanta-

mento feito com quatro mil pessoas mostra que, em São Paulo, Bradesco Saúde, Sul América e Porto Seguro, são as empresas com maior atratividade líquida - indicador que mede a atratividade das empresas, menos a rejeição. No Rio de Janeiro, Bradesco Saúde, Unibanco AIG Saúde e Amil foram as empresas que se destacaram na percepção dos clientes com alta atratividade e baixa rejeição.

Em contrapartida, planos de saúde como Samcil, Intermédica, em São Paulo, e Golden Cross no Rio, apresentaram alta rejeição dos clientes e baixa atratividade, em comparação com outros planos. As empresas que tiveram baixa atratividade, porém não foram rejeitadas pelos clientes, são: Dix Amico, Unimed Paulistana, Medial, Cassi, Assim, Unimed Rio, GEAP e AMS Petrobras. (Fonte: Gazeta Mercantil - 30/10/08)

